



**CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

**CNPJ: 08.703.867/0001-15**

**NIRE: 41.3.000.7282-5**

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

À Acionista Controladora:

Em cumprimento às disposições legais vigentes, apresentamos e submetemos para sua apreciação o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto, Notas Explicativas e Parecer de Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparativamente com o encerrado em 31 de dezembro de 2024.



## **Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025**

CNPJ 08.703.867/0001-15

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>A T I V O</b>			
	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.110</b>	<b>4.868</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.494	1.900
Concessionárias e Permissionárias	5	3.995	2.308
Tributos Compensáveis	6	9	6
Estoques		590	587
Outros Ativos Circulantes		22	67
<b>NAO CIRCULANTE</b>		<b>116.676</b>	<b>120.990</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>7</b>	<b>103.607</b>	<b>107.314</b>
Imobilizado		168.027	167.612
(-) Depreciação Acumulada		(66.309)	(61.686)
Imobilização em Curso	7.1	1.889	1.388
<b>Intangível</b>	<b>8</b>	<b>13.069</b>	<b>13.676</b>
Intangível		15.794	15.794
(-) Amortização Acumulada		(2.725)	(2.118)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>122.786</b>	<b>125.858</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CNPJ 08.703.867/0001-15

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.665</b>	<b>3.126</b>
Fornecedores	9	1.789	519
Obrigações Sociais e Trabalhistas		137	139
Obrigações Tributárias	10	886	623
Passivos Financeiros Setoriais		10	10
Débito com Pessoas Ligadas	18	4.597	1.597
Provisões Socioambientais	20.10	183	175
Outros Passivos Circulantes		63	63
<b>NAO CIRCULANTE</b>		<b>35.411</b>	<b>52.021</b>
Provisões para Litígios	11	841	841
Débito com Pessoas Ligadas	18	34.570	51.180
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	12	<b>79.710</b>	<b>70.711</b>
Capital Social	12.1	54.932	54.932
Reserva de Lucros	12.2	24.778	15.779
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>122.786</b>	<b>125.858</b>

Curitiba - PR, 31 de Dezembro de 2025

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>			
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>13</b>	<b>40.609</b>	<b>23.333</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>14</b>	<b>(18.411)</b>	<b>(13.665)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	<b>15</b>	(689)	(514)
Energia CCEE	<b>15</b>	(6.458)	(1.664)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(1.674)	(1.635)
Taxa de Fiscalização de serviços de energia - TFSEE		(129)	(124)
Pessoal	<b>16</b>	(875)	(873)
Material		(466)	(506)
Serviços de Terceiros	<b>17</b>	(2.881)	(3.001)
Provisões		(9)	(139)
Depreciação		(4.623)	(4.600)
Amortização		(607)	(609)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>22.198</b>	<b>9.668</b>
<b>Despesas/ Receitas Operacionais</b>	<b>14</b>	<b>(2.660)</b>	<b>(2.461)</b>
Pessoal	<b>16</b>	(437)	(390)
Serviços de Terceiros	<b>17</b>	(2.168)	(2.015)
Doações, Contribuições e Subvenções		(27)	(26)
Tributos		(28)	(30)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>19.538</b>	<b>7.207</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>19</b>	<b>190</b>	<b>314</b>
Despesas Financeiras		(6)	(7)
Receitas Financeiras		196	321
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>19.728</b>	<b>7.521</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(1.340)</b>	<b>(830)</b>
Contribuição Social - Correntes		(472)	(290)
Imposto Sobre a Renda - Correntes		(868)	(540)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>18.388</b>	<b>6.691</b>
Lucro por ação básico e diluído do exercício - R\$		<b>0,33</b>	<b>0,12</b>

Curitiba - PR, 31 de Dezembro de 2025

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



CNPJ 08.703.867/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do Exercício	<u>18.388</u>	<u>6.691</u>
Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente Total	<u><u>18.388</u></u>	<u><u>6.691</u></u>

Curitiba - PR, 31 de Dezembro de 2025

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



CNPJ 08.703.867/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS		TOTAL
		Reserva Legal	Lucros a Disp. AGO	
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>54.932</b>	<b>10.685</b>	<b>8.276</b>	<b>73.893</b>
Destinação de Lucros- Exercício 2023 cfe. AGO	-	-	(8.276)	(8.276)
Resultado do Exercício	-	-	6.691	6.691
Reserva Legal	-	302	(302)	-
Dividendos Obrigatórios a Distribuir	-	-	(1.597)	(1.597)
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>54.932</b>	<b>10.987</b>	<b>4.792</b>	<b>70.711</b>
Destinação de Lucros- Exercício 2024 cfe. AGO	-	-	(4.792)	(4.792)
Resultado do Exercício	-	-	18.388	18.388
Reserva Legal	-	-	-	-
Dividendos Obrigatórios a Distribuir	-	-	(4.597)	(4.597)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>54.932</b>	<b>10.987</b>	<b>13.791</b>	<b>79.710</b>

Curitiba - PR, 31 de Dezembro 2025

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



CNPJ 08.703.867/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado Líquido do Exercício	18.388	6.691
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Depreciação/Amortização	5.230	5.209
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.340	830
	<u>24.958</u>	<u>12.730</u>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>		
Concessionárias e Permissionárias	(1.687)	225
Tributos Compensáveis	(3)	3
Estoques	(3)	(53)
Outros Ativos Circulantes	45	5
	<u>(1.648)</u>	<u>180</u>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Fornecedores Setoriais	708	(216)
Fornecedores Demais	75	137
Compra de Energia Elétrica	487	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(2)	7
Obrigações Tributárias	118	(2)
Débitos com Pessoas Ligadas		(136)
Provisões Socioambientais	8	36
	<u>1.394</u>	<u>(174)</u>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>24.704</b>	<b>12.736</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Pagos	(1.195)	(826)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u><b>23.509</b></u>	<u><b>11.910</b></u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(916)	(379)
Baixa de Imobilizado	1	66
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<u><b>(915)</b></u>	<u><b>(313)</b></u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos Pagos	(23.000)	(12.700)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<u><b>(23.000)</b></u>	<u><b>(12.700)</b></u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>(406)</b></u>	<u><b>(1.103)</b></u>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do Exercício	1.900	3.003
No fim do Exercício	1.494	1.900

Curitiba - PR, 31 de Dezembro de 2025

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



CNPJ 08.703.867/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>42.147</b>	<b>24.216</b>
Receita Operacional	42.147	24.216
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(14.501)</b>	<b>(9.624)</b>
Custos da energia comprada/CCEE	(7.147)	(2.178)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.674)	(1.635)
Taxa de Fiscalização de serviços de energia - TFSEE	(129)	(124)
Materiais	(466)	(506)
Serviços de terceiros	(5.049)	(5.016)
Doações, contribuições e subvenções	(27)	(26)
Provisões	(9)	(139)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b><u>27.646</u></b>	<b><u>14.592</u></b>
Depreciações e amortizações	(5.230)	(5.209)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b><u>22.416</u></b>	<b><u>9.383</u></b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>196</b>	<b>321</b>
Receitas financeiras	196	321
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b><u>22.612</u></b>	<b><u>9.704</u></b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b><u>22.612</u></b>	<b><u>9.704</u></b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.102</b>	<b>1.044</b>
Remuneração direta	790	789
Benefícios	251	193
FGTS	61	62
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>3.116</b>	<b>1.962</b>
Federais	3.088	1.932
Estaduais	17	19
Municipais	11	11
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
Despesas Financeiras	6	7
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>18.388</b>	<b>6.691</b>
Dividendos Obrigatórios a Distribuir	4.597	1.597
Reserva Legal	-	302
Lucros a Disposição da AGO	13.791	4.792

Curitiba - PR, 31 de Dezembro de 2025

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

**NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS**

**SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de curto e longo prazo de venda de energia.

No negócio de geração, a Outorgada vende energia à Consumidores Livres e Especiais no Ambiente de Contratação Livre– ACL.

No ACL a energia é negociada por meio dos agentes concessionários e autorizados de geração de um lado, e, pelos comercializadores e importadores de energia de outro lado conforme dispõe o § 3º do Art. 1º da Lei 10.848/2004.

O consumidor especial de energia elétrica no mercado livre é aquele com demanda contratada mínima de 500 kW, independentemente de haver um limite máximo formal definido na norma atual. O consumidor especial tem acesso exclusivamente à energia incentivada, proveniente de fontes renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), eólica, solar e biomassa.

O consumidor livre de energia elétrica, de acordo com a legislação vigente, pode ser qualquer consumidor do Grupo A, independentemente de limite mínimo de demanda. Define-se como Grupo A o conjunto de consumidores atendidos em média ou alta tensão.

Tanto os consumidores livres quanto os consumidores especiais no mercado livre podem negociar preços e condições diretamente com geradores ou comercializadores, em vez de ficarem sujeitos às tarifas reguladas do mercado cativo.

Uma vez que o consumidor opte pelo Mercado Livre de Energia, o retorno ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) somente poderá ocorrer mediante comunicação formal à distribuidora de sua região, com antecedência mínima de cinco anos, conforme disposto no art. 52 do Decreto nº 5.163/2004.

Esse prazo de aviso prévio tem como objetivo permitir que a distribuidora planeje e contrate, com a devida antecedência, a energia necessária para atender a eventual reentrada de consumidores livres ou especiais no mercado regulado. Ressalta-se que esse prazo poderá ser reduzido a critério da distribuidora.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição, e, também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O NOS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### **INFORMAÇÕES GERAIS DA EMPRESA**

CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 16 de fevereiro de 2007, e convertida em Subsidiária Integral da empresa SILEA PARTICIPAÇÕES LTDA. no ano de 2022, nos termos do § 2º do artigo 251 da Lei 6.404/1976. O empreendimento está localizado no Rio Cravari – a 90 km de sua foz, sub-bacia nº 17 rio Juruena, bacia hidrográfica do rio Amazonas, município de Brasnorte, na região norte do estado do Mato Grosso, com 30 MW de potência instalada e capacidade de geração de energia assegurada anual de 175.200 MWh, a ser acrescido no sub-sistema S / SE / CO do Sistema Interligado Nacional – SIN,

Suas atividades estão autorizadas e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas de Energia, pela Resolução nº 282 de 06 de Julho de 2004, que autoriza o aproveitamento de potencial hidráulico denominado PCH Bocaiúva, e também estabelece em seu artigo 8º o prazo da autorização em 30 anos a contar da data de publicação da Resolução.

No entanto, a partir da publicação da Resolução Autorizativa nº 10.972/21, fundamentada pelos dispositivos do Art. 3º-A e 26º da Lei 9.427/96, alterada pela Lei 14.120/21 o prazo da autorização passou a contar da data de início da operação comercial da primeira unidade geradora. Além disso, de acordo com a Lei 14.052/2020 a Empresa optou pelo acordo visando a repactuação e quitação do risco hidrológico (GSF), em troca houve a extensão no direito de uso do potencial hidrológico (outorga), que acordo com Anexo II da Resolução Autorizativa nº 14.896 de 10/10/2023 a extensão do prazo da Cravari é de 7 anos. Assim o prazo final da autorização passou para 23/06/2047.

Ao final do prazo da autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas, conforme dispõe o Art.10 da Resolução Autorizativa 282/2004.

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de Dezembro de 2025, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de Janeiro de 2025 e 31 de Dezembro de 2025.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 26/02/2026.



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

**NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS**

As Demonstrações Contábeis para fins societários foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis do Brasil, e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

**NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Reconhecimento de receita:**

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

**3.2 Apuração de Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos aos clientes, concessionários / permissionários, pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente, quando relevantes.

**3.3 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**3.4 Compensações Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

**3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

**3.6 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, contas a receber, e outros recebíveis, e contas a pagar.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo através do resultado, quando classificados como mantidos para negociação, e pelo custo amortizado utilizado a taxa efetiva, quando se tratar de recebíveis.

A Cravari, não opera com instrumentos financeiros derivativos.

**3.7 Contas a Receber**

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais e/ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

Engloba o suprimento de energia elétrica faturada e a estimativa de energia elétrica fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

**3.7.1 Ajuste a Valor Presente**

Não houve ajuste a valor presente em função dos valores a receber serem a curto prazo, e o efeito considerado como irrelevante.

**3.7.2 Política de mitigação de risco**

A adoção de cuidados para atenuar os riscos de crédito na contratação da venda de energia pauta-se na seleção de compradores de energia garantida por cartas-fianças emitidas por instituições financeiras de primeira linha ou depósitos caução, os quais, garantem o cumprimento dos contratos.

**3.7.3 Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa**

Embasados na análise individual de saldo de cada consumidor, e a experiência da Empresa em relação a perdas efetivas com consumidores, quando existentes, os valores duvidosos vencidos serão provisionados para perdas.

**3.8 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

**3.8.1 Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado**

Para fins de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado da geradora, o mesmo está segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais.

**3.8.2 Imobilizado em Curso**

O imobilizado em curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle para apuração de custos contábeis.

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais.

**3.9 Intangível**

É composto pelo direito de uso das Servidões, programa de software adquiridos, e os custos decorrentes da extensão no prazo da outorga em face de acordo para quitação do GSF, conforme NE nº 08.



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

Estão registrados ao custo de aquisição ou realização. Sendo que, a amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear pelo prazo da outorga.

### **3.10 Valor Recuperável de Ativos**

A realização de testes de recuperabilidade dos ativos ocorre nos termos da NBC TG 27 (R4) do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e a NBC TG 01 (R4) do CFC e a Resolução Normativa 605/14 da ANEEL que aprovam o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por “*impairment*” anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por “*impairment*” é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Estes testes foram realizados em 31/12/2025, sendo adotada a metodologia de análise pelo valor de uso, com base na geração futura de caixa.

### **3.11 Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata” dia.

### **3.12 Regime de Tributação**

A Empresa vem optando pela forma de tributação do lucro presumido. O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. O IRPJ e a CSLL são devidos trimestralmente.

A provisão para Imposto de Renda foi constituída considerando a aplicação da alíquota de 15% sobre a presunção de 8% das receitas de vendas recebidas e 15% das demais receitas recebidas, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 20 (vinte) mil reais mensais.

A provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro foi calculada pela alíquota de 9% sobre a presunção de 12% das receitas de vendas recebidas e nas demais receitas recebidas à aplicação direta da alíquota de 9%.

No âmbito da Reforma Tributária foi aprovada a Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, a qual dispôs sobre os critérios de concessão de incentivos e benefícios fiscais de natureza tributária, com efeitos a partir de 2026.

Neste sentido a Empresa será impactada pelas determinações do art. 4º, inciso VII, que prevê a elevação em 10% para os regimes de tributação em que a base de cálculo seja presumida; este acréscimo se aplica aos percentuais de presunção incidentes sobre a parcela da receita bruta total que exceda o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no ano calendário, aplicando-se, o limite proporcionalmente a cada período de apuração no ano.

A Empresa está avaliando outros eventuais impactos decorrentes desta norma.



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

**3.13 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são passivos contingentes que são provisionados ou não de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Empresa.

**NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	1
Bancos	-	133
Aplicações Financeiras	1.494	1.766
<b>TOTAL</b>	<b>1.494</b>	<b>1.900</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com Certificados de Depósitos Bancários – CDBs por instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 99% a 99,5%, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

**NOTA 05 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

DESCRIÇÃO	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA		31/12/2025	31/12/2024
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	Mais de 360 dias		
<b>FORNECIMENTO DE ENERGIA</b>						
- Fornecimento Faturado	-	-	-	-	-	-
<b>SUPRIMENTO DE ENERGIA</b>						
- Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
- Suprimento não Faturado	3.995	-	-	-	3.995	2.308
<b>TOTAL</b>	<b>3.995</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.995</b>	<b>2.308</b>

**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

**NOTA 06 - TRIBUTOS COMPENSÁVEIS**

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF Estimado	8	5
ICMS a Recuperar	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>6</b>

**NOTA 07 - IMOBILIZADO**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas que foram calculadas de acordo com as políticas internas, cujas taxas são coincidentes com as definidas pela ANEEL, a partir do mês em que a Usina iniciou suas operações, conforme segue:

ATIVO IMOBILIZADO CONTAS	SALDO FINAL 31.12.2023	ADIÇÕES	(-) BAIXAS	(-) DEPRECIACÃO	(+/-) TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL 31.12.2024	ADIÇÕES	(-) BAIXAS	(-) DEPRECIACÃO	(+/-) TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL 31.12.2025
<b>GERAÇÃO - PRODUÇÃO</b>	<b>104.972</b>	<b>349</b>	<b>(66)</b>	<b>(4.218)</b>	<b>-</b>	<b>101.037</b>	<b>916</b>	<b>(1)</b>	<b>(4.243)</b>	<b>-</b>	<b>97.709</b>
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	<b>155.137</b>	<b>-</b>	<b>(87)</b>	<b>-</b>	<b>965</b>	<b>156.015</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>417</b>	<b>156.430</b>
Terrenos	1.246	-	-	-	-	1.246	-	-	-	-	1.246
Reservatórios, Barragens e Adutor	72.812	-	-	-	-	72.812	-	-	-	-	72.812
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	22.438	-	-	-	561	22.999	-	-	-	104	23.103
Máquinas e Equipamentos	57.952	-	(87)	-	241	58.106	-	(2)	-	69	58.173
Veículos	520	-	-	-	150	670	-	-	-	228	898
Móveis e utensílios	169	-	-	-	13	182	-	-	-	16	198
<b>(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA</b>	<b>(52.118)</b>	<b>-</b>	<b>55</b>	<b>(4.218)</b>	<b>-</b>	<b>(56.281)</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>(4.243)</b>	<b>(2)</b>	<b>(60.525)</b>
Reservatórios, Barragens e Adutor	4,00%	(22.463)	-	(1.674)	-	(24.137)	-	-	(1.675)	-	(25.812)
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	3,33%	(4.576)	-	(631)	-	(5.209)	-	-	(651)	-	(5.860)
Máquinas e Equipamentos	2,50%	(24.525)	-	55	(1.872)	(26.342)	-	1	(1.874)	(2)	(28.217)
Veículos	14,29%	(504)	-	(31)	-	(535)	-	-	(31)	-	(566)
Móveis e utensílios	6,25%	(48)	-	(10)	-	(58)	-	-	(12)	-	(70)
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>1.953</b>	<b>349</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>	<b>(965)</b>	<b>1.303</b>	<b>916</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(415)</b>	<b>1.804</b>
Terrenos e Benfeitorias	110	-	-	-	-	110	6	-	-	-	116
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	352	235	-	-	(576)	11	115	-	-	(126)	-
Máquinas e Equipamentos	94	106	-	-	(200)	-	967	-	-	(65)	502
Veículos	150	-	-	-	(150)	-	228	-	-	(228)	-
Móveis e utensílios	-	3	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Imobilizado	252	5	(28)	-	(4)	225	-	-	-	(114)	111
Materiais em Depósito	995	-	(6)	-	(32)	967	-	-	-	118	1.075
<b>SISTEMA DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO</b>	<b>6.660</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(382)</b>	<b>-</b>	<b>6.278</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(380)</b>	<b>-</b>	<b>5.898</b>
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	<b>11.597</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.597</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.597</b>
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	48	-	-	-	-	48	-	-	-	-	48
Máquinas e Equipamentos	11.549	-	-	-	-	11.549	-	-	-	-	11.549
<b>(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA</b>	<b>(5.023)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(382)</b>	<b>-</b>	<b>(5.405)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(380)</b>	<b>-</b>	<b>(5.785)</b>
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	3,33%	(20)	-	(3)	-	(23)	-	-	(2)	-	(25)
Máquinas e Equipamentos	3,33%	(5.003)	-	(379)	-	(5.382)	-	-	(378)	-	(5.760)
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>86</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86</b>
Depósitos Judiciais	86	-	-	-	-	86	-	-	-	-	86
<b>SALDO TOTAL</b>	<b>111.632</b>	<b>349</b>	<b>(66)</b>	<b>(4.600)</b>	<b>-</b>	<b>107.315</b>	<b>916</b>	<b>(1)</b>	<b>(4.623)</b>	<b>-</b>	<b>103.607</b>

**NOTA 07.1 - IMOBILIZADO EM CURSO**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Geração</b>		
Terrenos	116	110
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	-	11
Máquinas e Equipamentos	502	-
Transformação, Fabricação, e Reparo	111	225
Materiais em Depósito	1.074	956
<b>Total Geração</b>	<b>1.803</b>	<b>1.302</b>
<b>Sistema de Transmissão e Conexão</b>		
Depósitos Judiciais	86	86
<b>Total Sistema de Transmissão e Conexão</b>	<b>86</b>	<b>86</b>
<b>TOTAL - IMOBILIZADO EM ANDAMENTO</b>	<b>1.889</b>	<b>1.388</b>



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

**Material em Depósito: Estoque.**

A atividade da Empresa faz com que grande parte de seus equipamentos eletromecânicos sejam específicos para PCH. Atualmente não existe uma padronização de seus fornecedores motivo pelo qual estes equipamentos específicos em muitas situações não estão disponíveis a pronta entrega.

Portanto, como forma de neutralizar o risco e manter a segurança operacional, uma vez que a depender da falha destes equipamentos pode resultar em deixar a usina indisponível por um longo intervalo de tempo, podendo interferir diretamente na geração de energia elétrica.

Assim, a Cravari mantém um vasto estoque de equipamentos eletromecânicos, com o objetivo de manter a segurança operacional da PCH.

**NOTA 08 - INTANGÍVEL**

	31/12/2025	31/12/2024
Servidões	109	109
Software	58	58
Direito de Extensão da Concessão (a)	15.627	15.627
(-) Amortização Acumulada	(2.725)	(2.118)
<b>TOTAL</b>	<b>13.069</b>	<b>13.676</b>

**(a) Repactuação do Risco Hidrológico**

Em Reunião da Diretoria realizada no dia 04 de outubro de 2021 os Diretores da Empresa aprovaram em unanimidade a adesão da PCH Bocaiuva detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência, desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.

Como compensação, os geradores têm direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos.

Destarte, considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração da Empresa exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores.

Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

Diante disso, foi reconhecido ativo intangível sob rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica “Repactuação de risco hidrológico” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 15.627 mil, o qual é o valor definido e disponibilizado pela Aneel que o transformou em extensão de outorga, que inicialmente por mais 1.515 dias nos termos do Anexo I da Resolução Homologatória n. 2.919/2021, sendo esta extensão de outorga alterado para 2.555 dias conforme disposto no Anexo II da Resolução Autorizativa nº 14.896 de 10 de outubro de 2023.

A amortização do respectivo ativo intangível está sendo realizada pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

**NOTA 09 - FORNECEDORES**

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de Energia Elétrica	829	121
Materiais e Serviços	473	398
Com de Energia Elétrica	487	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.789</b>	<b>519</b>

**NOTA 10 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	316	220
CSLL	178	128
PIS	52	32
COFINS	239	146
IRRF	6	5
Contribuições Sociais Retidas	28	25
ISSQN	9	8
FGTS	13	13
INSS Empresa	35	37
INSS Terceiros	10	9
<b>TOTAL</b>	<b>886</b>	<b>623</b>

**NOTA 11 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS**

PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	31/12/2025	31/12/2024
GF (a)	814	814
Outros	27	27
<b>TOTAL</b>	<b>841</b>	<b>841</b>

(a) Por meio da ABRAGEL a Cravari arguiu a ilegalidade dos incisos I e II do art. 6º da Portaria MME nº 463/2009 que estabeleceu uma revisão automática da GF – Garantia Física da usina. Houve prolação de sentença favorável nos autos da Ação GF, sendo que, em 2020 as resoluções que rebaixaram a GF da Cravari foram revogadas e a regra que fundamentava tais reduções encontra-se suspensa pelo próprio MME desde 2015, com isso impossibilitando estimar o montante atualizado.



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

Apesar do risco de perda ser estimado como remoto, a Administração mantém a provisão em decorrência do litígio continuar em andamento.

**NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**12.1 CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social, que se encontra subscrito e totalmente integralizado, no montante R\$ 54.932.000,00 (Cinquenta e quatro milhões novecentos e trinta e dois mil reais) é representado por 54.932.000 (cinquenta e quatro milhões novecentas e trinta e duas mil) ações com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**12.2 RESERVA DE LUCROS**

Os valores registrados no Patrimônio Líquido na rubrica “Reserva de Lucros” estão compostos conforme segue:

RESERVA DE LUCROS	31/12/2025	31/12/2024
Reserva Legal	10.987	10.987
Lucros a Disposição da Assembleia	13.791	4.792
<b>TOTAL</b>	<b>24.778</b>	<b>15.779</b>

O Lucro Líquido apurado em cada exercício social, após a compensação de prejuízos de exercícios anteriores (quando houver), tem a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) de dividendos aos acionistas na forma da lei;
- c) O saldo, quando houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

**NOTA 13 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

Receita Bruta	Nº de consumidores(*)		MWh (*)		R\$	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Suprimeto Faturado						
Curto prazo	7	10	73.798,800	124.886,400	16.526	14.395
Longo Prazo	4	7	99.432,000	47.460,000	23.621	9.823
Energia Elétrica de Curto Prazo						
CCEE					313	223
Fornecimento/Suprimento - Não Faturado					1.687	(225)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>173.230,800</b>	<b>172.346,400</b>	<b>42.147</b>	<b>24.216</b>
<b>(-) Deduções - PIS e COFINS</b>					<b>(1.538)</b>	<b>(883)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>173.230,800</b>	<b>172.346,400</b>	<b>40.609</b>	<b>23.333</b>

\*Não auditados

Até o final do ano de 2022, a Empresa possuía contratos de longo prazo firmados em 2007, com fornecimento de 2010 a 2022, a um preço médio do MWm elevado quando comparado à média do mercado de energia, em função dos reajustes inflacionários ocorridos no período.

Em 2023, com o encerramento desses contratos, a estratégia adotada foi operar parte da energia com vigência de um ano (venda antecipada) e parte do volume com negociação de venda mês a mês (curto prazo).



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

Para 2024, o volume integral da garantia física foi negociado no curto prazo durante o primeiro semestre, período em que os preços do mercado livre de energia praticamente permaneceram no piso mínimo, o que impactou significativamente a redução da receita. Em 2025, mantendo-se a estratégia de venda de parte da energia em contratos anuais e outra parte no curto prazo, o PLD médio anual apresentou um aumento expressivo, passando de R\$ 127,90/MWh em 2024 para R\$ 156,80/MWh em 2025. Destaca-se, em especial, o segundo semestre de 2025, com PLD médio de R\$ 258,00/MWh, o que explica o aumento da receita em comparação ao exercício de 2024.

**NOTA 14 - RECLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS**

Foi constatado que uma parcela significativa dos gastos diretamente relacionados ao processo de geração de energia elétrica vinha sendo classificada no grupo de despesas, no resultado.

A fim de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, em consonância com a legislação, doutrina contábil aplicável e a natureza intrínseca desses gastos, identificou-se que alguns itens se qualificam como custos diretos ou indiretamente ligados a produção, por estarem associados à atividade principal da Empresa, qual seja, geração de energia.

A reclassificação dos gastos de produção de energia elétrica do grupo de despesas para o grupo de custos é necessária para assegurar que as demonstrações contábeis reflitam de forma mais adequada e fiel a natureza das transações e eventos da Empresa. Essa correção promove uma melhor representação do custo dos bens ou serviços vendidos e, conseqüentemente, do resultado operacional da Empresa.

A aplicação retrospectiva desta correção é necessária a fim de permitir a comparabilidade. Destarte, em 2025, a Empresa procedeu à reclassificação dos gastos de produção de energia elétrica que estavam anteriormente classificados como despesas.

O impacto desta reclassificação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro 2024 é o seguinte:

**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Original 31/12/2024	Reclassificação 31/12/2024	Reapresentado 31/12/2024
<b><u>Custos Operacionais</u></b>	<b><u>(3.937)</u></b>	<b><u>(9.728)</u></b>	<b><u>(13.665)</u></b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(514)	-	(514)
Energia CCEE	(1.664)	-	(1.664)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(1.635)	-	(1.635)
Taxa de Fiscalização de serviços de energia - TFSEE	(124)	-	(124)
Pessoal	-	(873)	(873)
Material	-	(506)	(506)
Serviços de Terceiros	-	(3.001)	(3.001)
Provisões	-	(139)	(139)
Depreciação	-	(4.600)	(4.600)
Amortização	-	(609)	(609)
<b><u>Despesas Operacionais</u></b>	<b><u>(12.189)</u></b>	<b><u>9.728</u></b>	<b><u>(2.461)</u></b>
Pessoal	(1.263)	873	(390)
Material	(509)	509	-
Serviços de Terceiros	(5.016)	3.001	(2.015)
Doações, Contribuições e Subvenções	(26)	-	(26)
Tributos	(27)	(3)	(30)
Depreciação e Amortização	(5.209)	5.209	-
Provisões	(139)	139	-

**NOTA 15 - COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA- CCEE**

A Cravari é integrante do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia. Esse mecanismo tem, entre outras funções, a de compartilhar entre as usinas hidrelétricas os riscos hidrológicos, ou seja, o risco de geração abaixo do previsto em função das condições naturais de afluência, reduzindo a volatilidade individual da geração hidrelétrica. Quando a geração total do sistema é inferior a 100%, ocorre o GSF (Generation Scaling Factor), um fator de ajuste que reduz a energia alocada a cada usina. Em 2025, o GSF médio foi de 82,5%.

Nesse cenário, nos meses em que o GSF foi inferior a 1, a usina precisa comprar energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), ou os ajustes financeiros ocorrem na liquidação financeira da comercialização no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, sendo apurados conforme as Regras e os Procedimentos de Comercialização.

	31/12/2025	31/12/2024
Energia Elétrica Comprada para Revenda	689	514
Efeito negativo da liquidação	6.458	1.664



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

Durante os exercícios de 2024 e 2025, a Cravari realizou a liquidação dos volumes necessários na CCEE, uma vez que a alternativa de compra de energia não se mostrou interessante, considerando os preços praticados no MCP.

**NOTA 16 - PESSOAL - GERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

<b>CUSTO COM PESSOAL</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Remuneração	520	552
Encargos	182	193
Despesas Rescisórias	15	
Outros Benefícios - Corrente	158	128
<b>TOTAL</b>	<b>875</b>	<b>873</b>

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Remuneração	254	238
Encargos	90	87
Outros Benefícios - Corrente	93	65
<b>TOTAL</b>	<b>437</b>	<b>390</b>

**NOTA 17 - SERVIÇOS DE TERCEIROS**

<b>CUSTOS</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
O&M - Operação e manutenção	2.018	1.925
Manutenção de máquinas/equipamentos	8	22
Manutenção instalação	53	191
Manutenção de veículos	16	5
Despesas de viagem	50	109
Meio ambiente	271	428
Fretes, carretos e transportes	61	7
Custos PBA	93	50
Serviços de telecomunicação	54	53
Manutenção de informática	23	19
Serviços Regulatórios	232	155
Despesas com vendas	-	22
Publicidade	-	1
Serviço de Terceiros - PJ	1	14
conservação e Limpeza	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.881</b>	<b>3.001</b>

**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

<b>DESPESAS</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Despesas com vendas	12	12
Correios	1	1
Serviços de consultoria e auditoria	54	61
Serviços advocatícios	233	166
Consultoria técnica	60	77
Serviços de terceiros –PJ	21	19
Serviços de consultoria administrativa	1.787	1.679
<b>TOTAL</b>	<b>2.168</b>	<b>2.015</b>

**NOTA 18 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**

Os saldos das principais operações estão assim demonstrados:

<b>Partes Relacionadas</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Silea Participações LTDA.	4.597	1.597	34.570	51.180	1.787	1.679
<b>TOTAL</b>	<b>4.597</b>	<b>1.597</b>	<b>34.570</b>	<b>51.180</b>	<b>1.787</b>	<b>1.679</b>

**NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimentos aplicações financeiras	196	321
<b>Subtotal</b>	<b>196</b>	<b>321</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
IOF	(1)	(2)
Despesas bancárias	(4)	(5)
Multas	(1)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(6)</b>	<b>(7)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>190</b>	<b>314</b>

**NOTA 20 –RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Para atender às exigências ambientais preconizadas na legislação vigente e, particularmente, os termos do licenciamento ambiental da usina e de sua linha de transmissão associada estabelecidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA/MT, a Cravari Geração de Energia S.A. desenvolve diversos Programas e Planos Socioambientais na PCH, conforme indicados na tabela a seguir, os quais são desenvolvidos por empresas de consultoria especializadas.

**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

<b>Programa e Planos Socioambientais</b>	<b>Periodicidade</b>
Monitoramento da Limnologia e Qualidade da Água	Semestral
Monitoramento Hidrossedimentométrico	Semestral
Monitoramento da Ictiofauna	Semestral
Monitoramento da Fauna	Semestral
PRADE – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	Semestral
PACUERA – Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial	Semestral
Prevenção de Processos Erosivos	Semestral
Gestão Ambiental	Semestral
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Semestral
<u>Termo de Cooperação – Associação Watoholi e FUNAI</u>	Período da Concessão

Anualmente são encaminhados ao órgão ambiental os Relatórios de Gestão Ambiental contendo os dados gerados em cada um dos Programas e Planos Socioambientais desenvolvidos, em estrito atendimento às condicionantes contidas na Licença de Operação (LO) nº 327814/2022 da PCH Bocaiúva e na Licença por Adesão e Compromisso (LAC) nº 1064/2024 da Linha de Transmissão.

**20.1 Monitoramento da Limnologia e Qualidade da Água:**

A formação do reservatório de uma usina hidrelétrica implica na alteração do regime hidrológico, modificando a característica lótica do rio para águas mais paradas (ambiente lântico), com menores correntezas e com aumento no tempo de residência da água, modificando suas características físicas, químicas e biológicas. O estudo dessas modificações associadas ao empreendimento contribui para a formação de um banco de dados que subsidie o manejo do reservatório, visando seu uso múltiplo, a manutenção de sua biota e a adequada operação dos equipamentos da usina. Assim, este Programa objetiva:

- Acompanhar e caracterizar os processos biológicos e geoquímicos a partir do enchimento do reservatório;
- Monitorar a evolução dos sistemas aquáticos em relação às alterações decorrentes do barramento do rio;
- Avaliar permanentemente as modificações da estrutura trópica do sistema hídrico nas fases de enchimento e operação, para implantar possíveis ações corretivas, se necessárias;
- Dar subsídios para o estabelecimento de regras operacionais da PCH Bocaiúva no que se refere à manutenção da qualidade da água;
- Fornecer dados e propor ações que contribuam para que o reservatório apresente os padrões de qualidade da água da Classe II, de acordo com as especificações da Resolução CONAMA 357/2005.

**20.2 Monitoramento Hidrossedimentométrico:**

Esse Programa visa avaliar o transporte de sedimentos em suspensão, arraste e total na bacia do Rio Cravari na área da PCH Bocaiúva, em seções pré-

**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

estabelecidas, visando identificar a eventual ocorrência, origem, transporte, deposição de sedimentos e, conseqüentemente, acompanhar o processo de evolução do grau de assoreamento ao longo da calha fluvial principal, caso ele ocorra, para apresentação de propostas de medidas preventivas ou corretivas de controle de sedimentos, se necessárias.

20.3 Monitoramento da Ictiofauna:

Os represamentos de rios para implantação de uma usina hidrelétrica podem causar modificação na dinâmica populacional da comunidade ictiofaunística. Durante o processo de colonização do novo ambiente formado (reservatório), verifica-se a depleção de algumas populações e a explosão de outras em função da existência de condições desfavoráveis ou altamente favoráveis, respectivamente.

Essa dinâmica deve ser analisada em suas dimensões espaciais e temporais, contemplando os efeitos decorrentes das alterações no fluxo e na qualidade da água efluente (efeitos a jusante); os efeitos originados pela alteração das características físicas, químicas e biológicas da água no trecho inundado da bacia hidrográfica (efeitos no corpo do reservatório); os efeitos resultantes do confinamento seletivo de algumas espécies à parte de sua área original de distribuição e da propagação de outras a partir do ambiente represado (efeitos a montante).

Este Programa é desenvolvido com o objetivo de promover o devido acompanhamento da comunidade ictiofaunística das áreas modificadas para implantação e operação da PCH Bocaiúva, não só para o registro das mudanças ocorridas, como também para subsidiar qualquer eventual ação no sentido de minimizar os impactos e promover a conservação da diversidade. Objetiva, também, gerar dados concretos sobre a população de peixes no rio Cravari na região do empreendimento em sucessivos períodos do ano, abrangendo as fases rio, enchimento do reservatório e lago.

20.4 Monitoramento da Fauna

O objetivo deste Programa na fase de operação da PCH Bocaiúva é acompanhar possíveis alterações na composição e dinâmica da avifauna, mastofauna e herpetofauna dessa porção da bacia do rio Cravari, na área de influência direta e indireta do empreendimento, visando à conservação da fauna, proteção aos sítios reprodutivos da fauna nativa, nas porções à jusante, entorno e à montante do reservatório da PCH Bocaiúva, a fim de avaliar o comportamento da fauna local em relação ao empreendimento.

20.5 PRADE – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

O PRADE da PCH Bocaiúva tem por objetivos estabelecer as diretrizes e ações necessárias para que o processo de recuperação ambiental na área do empreendimento seja promovido de maneira eficiente, assegurando condições ambientais satisfatórias nas áreas degradadas para implantação do mesmo.

Objetiva, também, minimizar os efeitos negativos decorrentes da construção da PCH Bocaiúva sobre a paisagem local, através da prevenção, correção e controle dos processos de degradação, bem como recuperar as áreas degradadas a partir da utilização de vegetação herbácea e/ou arbustiva, assim como com uso de espécies florestais nativas. As ações do Programa também favorecem a regeneração natural e possibilitam a dispersão de sementes das espécies nativas

**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

nas áreas de vegetação remanescente, contribuindo para o enriquecimento florístico de remanescentes florestais da área do empreendimento.

**20.6 PACUERA –Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial**

O objetivo desse Plano é compatibilizar o efeito sinérgico de vizinhança gerado pela PCH Bocaiúva com a necessidade de satisfação das demandas de uso dos recursos naturais do entorno do reservatório da PCH, visando garantir a efetividade das medidas mitigadoras e preventivas adotadas. De acordo com a Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), o uso múltiplo das águas é uma das premissas fundamentais na gestão dos recursos hídricos.

Portanto, quaisquer atividades que demandem o aproveitamento das águas precisam ser compatibilizadas com o uso demandado pelas demais formas de uso existentes no mesmo local e/ou na mesma bacia. No caso da implantação e operação de um aproveitamento hidrelétrico se faz necessário ordenar o uso do recurso hídrico de modo que o potencial possa ser explorado em sua plenitude, sem comprometer os demais usos do recurso hídrico, inclusive o uso conservacionista.

**20.7 Prevenção de Processos Erosivos**

O objetivo deste Programa na fase de operação do empreendimento é identificar e diagnosticar os locais mais vulneráveis à erosão dentro da Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento e indicar metodologias e ações corretivas para controle e remediação de focos erosivos, quando constatados.

**20.8 Gestão Ambiental**

O Programa de Gestão Ambiental é um instrumento que visa assegurar que o empreendimento seja operado com elevados padrões de qualidade ambiental, estabelecendo para isso, por parte do empreendedor, uma estrutura de supervisão e fiscalização que permita articular os diversos agentes intervenientes no processo, além de garantir a utilização de técnicas de proteção, manejo e de recuperação ambientais mais indicadas para cada situação.

O Programa de Gestão Ambiental da PCH Bocaiúva tem por objetivo a manutenção da qualidade ambiental do empreendimento, através (1) da observância da legislação ambiental vigente, (2) do atendimento aos requisitos do licenciamento ambiental e prazos estipulados pela SEMA/MT, (3) do atendimento às especificações dos Pareceres Técnicos emitidos pelos diferentes órgãos participantes do licenciamento, (4) do controle ambiental do processo produtivo e (5) do acompanhamento técnico dos Programas Ambientais propostos para a fase de operação da PCH.

**20.9 Gerenciamento de Resíduos Sólidos**

A Lei Federal nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispoendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis.

O objetivo do Programa é promover a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados durante a operação da PCH Bocaiúva, com o intuito de proteger a saúde pública e a qualidade ambiental. Além disso, este programa busca a redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos gerados, bem como prioriza a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos.



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

20.10 Termo de Cooperação – Associação Watoholi e FUNAI

No que tange aos aspectos sociais e etnoculturais, a Cravari desenvolve um importante plano de apoio e valorização cultural da comunidade indígena residente na área de influência indireta na PCH Bocaiúva, a qual compõe a etnia denominada Irantxe ou Manoki. As atividades socioambientais junto a esta etnia foram iniciadas em 2008, durante a fase de instalação do empreendimento, e em 2012, já na fase de operação da usina, foi firmado um Termo de Cooperação entre a Cravari, a Associação Indígena que representa a etnia Irantxe/Manoki e a Fundação Nacional do Índio – Funai, o qual vigorará até o final da concessão da PCH.

No escopo do citado Termo são desenvolvidas atividades de cunho social, ambiental e cultural junto à etnia indígena, contribuindo para o bem-estar social da comunidade, seu fortalecimento cultural e a manutenção da qualidade ambiental da Terra Indígena.

O Termo estabelece em sua Cláusula Terceira um orçamento anual que deve ser disponibilizado pela Cravari para o uso da Associação Indígena, com acompanhamento da Funai e prestação de contas junto a um Conselho Gestor constituídos por representantes das partes que firmaram o Termo, sendo este orçamento atualizado anualmente pelo IGPM. A respectiva Cláusula também estabelece que, a Cravari deve a cada quatro anos realizar o repasse de um veículo à Associação Indígena.

Em 2024, foi provisionado o orçamento no valor de R\$ 174.780,50 (cento e setenta e quatro mil setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos), a ser realizado em 2025, porém, ao longo do exercício corrente foi realizado o montante de R\$ 188.842,12 (cento e oitenta e oito mil oitocentos e quarenta e dois reais e doze centavos).

A diferença de diferença entre o valores previsto e realizado para o exercício de 2025 foi devidamente abatido sobre o orçamento aprovado para o exercício de 2026, correspondente ao montante de R\$197.564,21 (cento e noventa e sete mil quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos), que por sua vez foi devidamente registrado no exercício corrente sob rubrica de “PROVISÕES SÓCIOAMBIENTAIS”, ficando portanto, o saldo a realizar durante o exercício de 2026 no valor de R\$ 183.502,59 (cento e oitenta e três mil quinhentos e dois reais e cinquenta e nove centavos).

**NOTA 21 - CONTINGÊNCIAS**

A Cravari é Ré em ação de natureza Cível, proposta pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso, a qual encontra-se em fase de conhecimento, e está classificada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, atribuindo-lhe o valor de causa de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

**NOTA 22 - COBERTURA DE SEGUROS**

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, e, assim, não foram examinadas pelos auditores independentes.



**CNPJ 08.703.867/0001-15**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

Não há cobertura de seguros sobre as ativos que estão sob a responsabilidade da Cravari.

**NOTA 23 - ALTERAÇÕES DE NORMAS PARA EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES**

CPC 51 (IFRS 18) – Divulgação Demonstrações Contábeis Em outubro de 2025 foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, em correlação com as normas internacionais de contabilidade, IFRS 18.

As principais alterações trazidas pelo CPC 51 (IFRS 18) visam aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, requerendo a apresentação das receitas e despesas em categorias e a inclusão de dois novos subtotais definidos na demonstração do resultado: o lucro ou prejuízo operacional e o lucro ou prejuízo antes de financiamento e tributos sobre o lucro. Adicionalmente, exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração – subtotais de receitas e despesas não especificados, na minuta ou nos outros pronunciamentos, interpretações ou orientações do CPC - mas utilizados em comunicações públicas para refletir a visão da administração sobre um aspecto do desempenho financeiro da entidade como um todo. Por fim, a norma introduz novos princípios para a agregação e desagregação de itens nas demonstrações.

O CPC 51 foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários pela Resolução CVM nº 237, de 23 de dezembro de 2025, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data.

A Diretoria está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Empresa.

Curitiba - PR, 31 de dezembro de 2025.

DARCI MARIO FANTIN  
Diretor Presidente

FERNANDO HENRIQUE TRACZ  
Contador - CRC 059.296/O-7 PR

## CGE DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS 2025.pdf

Documento número #8fb321cf-daaa-4540-98d9-8a7462bcec83

Hash do documento original (SHA256): 4587a18f63f509612b48085aeb47ac631b1c04756a7a8086f239d3bc8f8af4c2

Hash do PAdES (SHA256): 9351ad5c8b615a3063dc8b8f3a855f4f1fc08204abdcd2045ae7d4a59603720c

## Assinaturas

### ✓ Fernando Henrique Tracz

CPF: 044.562.349-70

Assinou como contador(a) em 13 mar 2026 às 11:59:09

Emitido por AC OAB G3- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 25 jan 2027

### ✓ Darci Mario Fantin

CPF: 014.572.689-49

Assinou como representante legal em 12 mar 2026 às 16:43:45

Emitido por AC Instituto Fenacon RFB G3- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 24 out 2026

## Log

- 12 mar 2026, 14:15:37 Operador com email marcus@silea.com.br na Conta b846eaea-6a64-4083-b110-3d49a713a712 criou este documento número 8fb321cf-daaa-4540-98d9-8a7462bcec83. Data limite para assinatura do documento: 11 de abril de 2026 (14:15). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 12 mar 2026, 14:17:37 Operador com email marcus@silea.com.br na Conta b846eaea-6a64-4083-b110-3d49a713a712 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 30 de maio de 2026 (14:15).
- 12 mar 2026, 14:17:37 Operador com email marcus@silea.com.br na Conta b846eaea-6a64-4083-b110-3d49a713a712 adicionou à Lista de Assinatura: tracz@silea.com.br para assinar como contador(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fernando Henrique Tracz.
- 12 mar 2026, 14:17:37 Operador com email marcus@silea.com.br na Conta b846eaea-6a64-4083-b110-3d49a713a712 adicionou à Lista de Assinatura: fantin@silea.com.br para assinar como representante legal, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Darci Mario Fantin e CPF 014.572.689-49.

- 
- 12 mar 2026, 16:43:45 Darci Mario Fantin assinou como representante legal. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 014.572.689-49. IP: 179.184.37.94. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -25.4330629098476 e longitude -49.2795057243814. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1403.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 13 mar 2026, 11:59:09 Fernando Henrique Tracz assinou como contador(a). Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 044.562.349-70. IP: 179.184.37.94. Componente de assinatura versão 1.1403.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 13 mar 2026, 11:59:10 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 8fb321cf-daaa-4540-98d9-8a7462bcec83.
- 



**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 8fb321cf-daaa-4540-98d9-8a7462bcec83, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).



Rua Silveira Peixoto, 1040 – Sala 1506 – Batel  
Curitiba – PR - Fone: 3092 7470  
[www.rlsolution.com.br](http://www.rlsolution.com.br) - [corporativo@rlsolution.com.br](mailto:corporativo@rlsolution.com.br)

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores e Acionistas da

### **CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Base para opinião com ressalvas**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com a seguinte ressalva:

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 20.10, a Companhia possui exigências ambientais preconizadas na legislação vigente e, particularmente, nos termos de licenciamento ambiental da usina. Especificamente sobre o Termo de Cooperação – Associação Watoholi e Funai, a Companhia assumiu compromisso de, mediante orçamento anual, até o ano de 2034, disponibilizar recursos para a manutenção de atividades de cunho social, ambiental e cultural junto à etnia indígena.

A Companhia efetua apenas a provisão anual, conforme orçamento acordado entre as partes, para a cobertura deste compromisso, como forma de reconhecimento de um Passivo. Desta forma deixa de efetuar o registro total do compromisso firmado, de modo que o Patrimônio Líquido da Companhia se encontra superavaliado e o Passivo subavaliado pelo montante aproximado de R\$ 1.580 mil.

#### **Ênfase sobre a representação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 14, em decorrência da reclassificação de contas de despesas para custos em 2025, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto na NBC TG 23. Nossa opinião não contém modificação



Rua Silveira Peixoto, 1040 – Sala 1506 – Batel  
Curitiba – PR - Fone: 3092 7470  
[www.rlsolution.com.br](http://www.rlsolution.com.br) - [corporativo@rlsolution.com.br](mailto:corporativo@rlsolution.com.br)

relacionada a esse assunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

- **Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, como informação suplementar, visto que as IFRSs não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis da **CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, encerradas em 31 de dezembro de 2024 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório de auditoria independente, datado de 17 de março de 2025.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Rua Silveira Peixoto, 1040 – Sala 1506 – Batel  
Curitiba – PR - Fone: 3092 7470  
[www.rlsolution.com.br](http://www.rlsolution.com.br) - [corporativo@rlsolution.com.br](mailto:corporativo@rlsolution.com.br)

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR) 26 de fevereiro de 2026.

RONALDO ARSIE  
GUIMARAES:688  
83080904

Assinado digitalmente por RONALDO ARSIE  
GUIMARAES:688080904  
CNPJ: 08.140.707/42020127 - Quilindorfer, Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB - Ouvidor e-CPF A3, Ouvidor  
GRANDJE, ouvidor@quilindorfer.com.br - Quilindorfer, Secretaria  
do RONALDO ARSIE GUIMARAES:688080904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localidade:  
Data: 2026.03.09 17:50:59-03:00  
Port: PDF Reader versão: 2025.2.0

**RONALDO ARSIE GUIMARÃES**  
Contador CRC (PR) nº 0033.757/O-1



**GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E  
CONSULTORIA EMPRESARIAL SS  
CRC Nº PR-007570-O/07**